



# Confluências Culturais

Revista Interdisciplinar

v. 13, n. 2: História e Patrimônio: da Imigração do Século XIX ao Presente – 2024 – ISSN 2316-395X

A sublime arte da arquitetura:  
a identidade da colônia portuguesa  
na Belém imperial

The sublime art of architecture: the  
identity of the Portuguese colony in  
imperial Belém

El sublime arte de la arquitectura: la  
identidad de la colonia portuguesa en  
la Belém imperial

Cybelle Salvador Miranda<sup>1</sup>

Recebido em: 19 set. 2024  
Aceito para publicação em: 1.º nov. 2024

**Resumo:** Por meio de investigação documental, busca-se neste artigo discutir a materialização da identidade portuguesa no edifício do Hospital D. Luiz I da Real Sociedade Portuguesa Beneficente, na cidade de Belém (Pará), trazendo à luz a troca de acusações entre membros da sociedade portuguesa e o arquiteto português Frederico José Branco, na qual sobressai o contexto de antilusitanismo vigente na província do Pará imperial. O monumental edifício branco, construído no bairro de Nazaré e inaugurado em 1877, permanece na atualidade como síntese de

---

<sup>1</sup> Professora titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Antropologia, com pós-doutoramento em História da Arte. Pesquisadora PQ 2 CNPq. Coordenadora do Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (Lamemo) e Líder do Grupo de Pesquisa Arquitetura, Memória, Etnografia (AME).

arquitetura de matriz clássica, adornado com símbolos portugueses e tendo seus valores atribuídos pela população paraense em geral.

**Palavras-chave:** arquitetura hospitalar; Brasil Imperial; identidade portuguesa; Belém.

**Abstract:** Through document investigation, this article seeks to discuss the materialization of Portuguese identity in the building of D. Luiz I Hospital of the Royal Portuguese Beneficent Society, in the city of Belém, Pará, Brazil. This research brings to light the exchange of accusations between members of Portuguese society and the Portuguese architect Frederico José Branco, in which the context of anti-Lusitanism prevailing in the province of imperial Pará stands out. The monumental white building, built in the neighborhood of Nazaré and inaugurated in 1877, remains nowadays as a synthesis of classic matrix architecture adorned with Portuguese symbols and which has its values attributed by the general population of Pará.

**Keywords:** hospital architecture; Imperial Brazil; Portuguese identity; Belém.

**Resumen:** Desde una investigación documental, este artículo busca discutir la materialización de la identidad portuguesa en el edificio del Hospital D. Luiz I da Real Sociedade Portuguesa Beneficente, en la ciudad de Belém, Pará, Brasil, sacando a la luz el intercambio de acusaciones entre miembros de la sociedad portuguesa y el arquitecto portugués Frederico José Branco, en el que se destaca el contexto de antilusitanismo vigente en la provincia imperial de Pará. El monumental edificio blanco, construido en el barrio de Nazaré e inaugurado en 1877, permanece hoy como una síntesis de la arquitectura clásica, adornada con símbolos portugueses y cuyos valores son atribuidos por la población de Pará en general.

**Palabras clave:** arquitectura hospitalaria; Brasil imperial; identidad portuguesa; Belém.

## UM HOSPITAL CONSTRUÍDO DE RAIZ PARA A COLÔNIA PORTUGUESA

A capital da província do Pará foi o último reduto a aderir à Independência do Brasil, o que só veio a ocorrer em 15 de agosto de 1823, quase um ano após a proclamação. Tal resistência se deve à forte relação entre a província e a metrópole além-mar, destacando-se o papel dos portugueses nas esferas econômica, política e cultural da região amazônica. Na segunda metade do século, contudo, a acirrada troca de ofensas entre o arquiteto contratado pela Sociedade Beneficente Portuguesa do Pará, Frederico José Branco, e o oficial da Marinha portuguesa, José de Oliveira Catramby, nos anos de 1875-76, acerca das obras do Hospital D. Luiz I da referida sociedade, permite reconstruir o cenário de marcante antilusitanismo. A discussão ocorre na imprensa local, ressaltando-se os periódicos *O Liberal do Pará*, *Diário de Belém* e *A Tribuna*, tida como jornal em que “os portugueses são atacados sem pudor”. Em meio a insultos de baixo calão, o enfrentamento verbal utiliza-se de argumentos afeitos à arte da arquitetura para justificar as falhas apontadas pelo acusador ao arquiteto, cujo título profissional é também um dos motivos de questionamento (ver FBN, 1876a).

Adotando o método histórico, baseado na pesquisa documental em acervos digitais, complementados com pesquisa *in loco* nos arquivos da Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa, este estudo tem em vista a prospecção do papel da formação dos arquitetos em Portugal na segunda metade do século XIX, emergindo das fontes a discussão acerca da qualificação de arquitetos portugueses atuantes na capital da

província do Grão-Pará (Miranda, 2018). Conforme os estudos de Ana Luísa Barão (2007) sobre as artes novecentistas em Portugal,

o ideal da Arte foi o conceito que predominou junto aos teóricos e escritores de arte do século 18 ao início do 19 e consistia na escolha e união das coisas belas retiradas da natureza, onde essas imagens surgiam dispersas e incoerentes, como uma investigação racional do belo ideal. Este conceito ideal de beleza é a base da valorização da arte no século 19 português que se encontra consagrado nos próprios estatutos da Academia de Belas Artes de Lisboa (*in* Miranda, 2018).

O debate registrado em jornais da época evidencia uma discussão que, sob a impressão de tratar de temas estéticos e técnicos referentes aos conhecimentos da Arquitetura, traduz inimizades e o clima tenso que pairava sobre a cidade no Segundo Império. As falas impressas nos jornais belenenses destacam os sujeitos que viriam a consolidar a mudança para o Regime Republicano. Conforme Tavares (2019), os portugueses fundaram os jornais mais difundidos na província, como o *Diário do Gram-Pará* (1853 a 1892), o primeiro jornal diário da província do Pará, que teve como fundadores os portugueses José Joaquim Mendes Cavalleiro, seu primeiro redator, e Antônio José Rabello Guimarães, fundador também da *Gazeta Oficial* (1858 a 1866), folha que publicava os atos administrativos do governo provincial da época. Outro exemplo relevante é o *Diário de Belém* (1868 a 1892), de propriedade de Antônio Francisco Pinheiro, um dos fundadores da Real Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, vogal do Gabinete Português de Leitura e deputado provincial. Cita-se também *O Liberal do Pará* (1869 a 1889), o qual foi propriedade do português Manuel Antônio Monteiro, serviu de Órgão do Partido Liberal do Pará – travando combate político e ideológico com seu maior oponente, o *Diário do Gram-Pará* – e saiu de circulação após a Proclamação da República.

A construção de um hospital filantrópico na capital do Pará na segunda metade do século XIX, quando o tratamento à saúde não era compromisso pleno do governo, sendo frequentemente delegado às irmandades como a Misericórdia e a Ordem Terceira de São Francisco, era fato de grande relevância para a consolidação da colônia portuguesa. Nessa época, a ocorrência de epidemias reforçou o investimento em edifícios para assistir os acometidos, e a Real Sociedade Portuguesa Beneficente resolveu concretizar um edifício que representasse as aspirações da colônia portuguesa, aderindo ao modelo de cariz pavilhonar (Figueiredo, 2015).

O porto de Belém foi acesso de entrada para as doenças trazidas por navios que aportaram na cidade, onde higiene e saneamento básico eram inexistentes, facilitando a proliferação de doenças que vitimaram especialmente os mais pobres.

Em maio de 1855, durante a terceira pandemia, apareceu em Belém do Grão-Pará uma doença de caráter maligno, importada pela galera portuguesa Deffensor. A embarcação atracou no porto da cidade no dia 14 daquele mês trazendo colonos procedentes da cidade do Porto, região do Douro, em Portugal, cujas imediações eram assoladas pela doença. Do Pará, a epidemia atingiu a Bahia em junho de 1855 e, em julho, chegou ao Rio de Janeiro, capital do Império, para desespero da corte (Beltrão, 2007).

O *Diário de Belém* de 1.º de novembro de 1874 (FBN, 1874c) publica o auto de fundação da pedra fundamental do hospital, além de um extenso texto de abertura no qual acusa o jornal *A Tribuna* de insuflar ataques a membros da colônia portuguesa, promovendo a desordem pública e a perseguição contumaz dos portugueses. No

*Diário de Belém*, há louvores ao aniversário de D. Luiz I e notas da colônia portuguesa convidando o público a visitar o hospital provisório dessa sociedade nos dias 31 de outubro e 1.º e 2 de novembro, como resposta aos insultos e ultrajes dos jornais *Tribuna*, *Constituição* e *Gram-Pará* à colônia (FBN, 1874c, p. 2). Retificam a notícia anterior referente à colocação da pedra inaugural, atestando que, em 19 do corrente, teve início a escavação dos alicerces do edifício do novo hospital, e só no dia 31 de outubro, dia do aniversário do monarca, se fez a colocação da “primeira pedra deste monumento”.

Em 8 de novembro de 1874 é publicada no *Diário de Belém* nota assinada por um português em nome de seus compatriotas, na qual acusa o redator do jornal *A Constituição* de denegrir a imagem dos portugueses residentes no Pará, afirmando que estes se sentem tão seguros em terras brasileiras que têm edificado dois “soberbos palácios”: o hospital da colônia e o banco. O escrevente do artigo argumenta que estes buscam a segurança em seus padecimentos e que o capital empregado no hospital corre menos risco que aquele depositado em prédios urbanos. Quanto ao banco, diz-se que é muito mais seguro depositar o dinheiro “num sólido edifício, construído segundo as regras da arte” (FBN, 1874a, p. 2).

O *Diário de Belém* de 25 de setembro de 1874 (FBN, 1874b, p. 2) traz uma nota da Sociedade Beneficente, questionando a venda do bem mais precioso da sociedade, o antigo hospital, que consta 22 anos de existência, acusando os sócios de ter comprado umas braças de terreno por 12 contos de réis quando, dias antes, houve oferta de outro terreno sem pedido de pagamento. Acusa-os de a venda ter sido feita clandestinamente, sem aprovação da assembleia, pondo em dúvida a concretização do novo hospital, que custaria 320 contos, mesmo que todos os haveres da sociedade não chegassem a 90 contos. “Um hospital não é obra que se possa fazer a retalhos: o dinheiro que há para esse fim só chega para alicerces, gradil, portão e muro, e o mais?” (FBN, 1874b, p. 2). Tal comentário põe abaixo a narrativa ufanista relatada nos livros memorialistas escritos por encomenda da própria Beneficente, que apresentam equívocos de datas e tentam repassar uma visão idealizada e harmônica dos processos de aquisição do terreno e construção do hospital atual<sup>2</sup>.

No jornal *A Constituição* é narrada, em 28 de abril de 1877 (FBN, 1877), a programação para o dia seguinte, o da inauguração do Hospital D. Luiz I, que consta com a transladação da imagem de N. Sra. da Conceição do antigo edifício, situado na Praça de D. Pedro II<sup>3</sup>, com trânsito pela Estrada de Nazaré e Rua Dois de Dezembro. O préstito fora acompanhado pelas alunas do Colégio de Santa Tereza e do Asilo de Santo Antonio. A cerimônia teve presença de autoridades religiosas e cantos sacros. À cerimônia civil compareceram o presidente da província, membros da diretoria e demais sócios da Beneficente.

## A DISPUTA DO SABER DA ARTE DE EDIFICAR E A IMITAÇÃO DO PALÁCIO DE CRISTAL DO PORTO

Na edição de 25 de setembro de 1874 do *Diário de Belém* (FBN, 1874b, p. 3), há um questionamento a Frederico Branco, assinado por J. F. Fernandez, acerca do orçamento do hospital, afirmando ser o terceiro orçamento “para tão pequena barraca”, além de tratar o arquiteto de aventureiro, audaz e cínico.

<sup>2</sup> Ver História [...] (1974) e Affonso (2011).

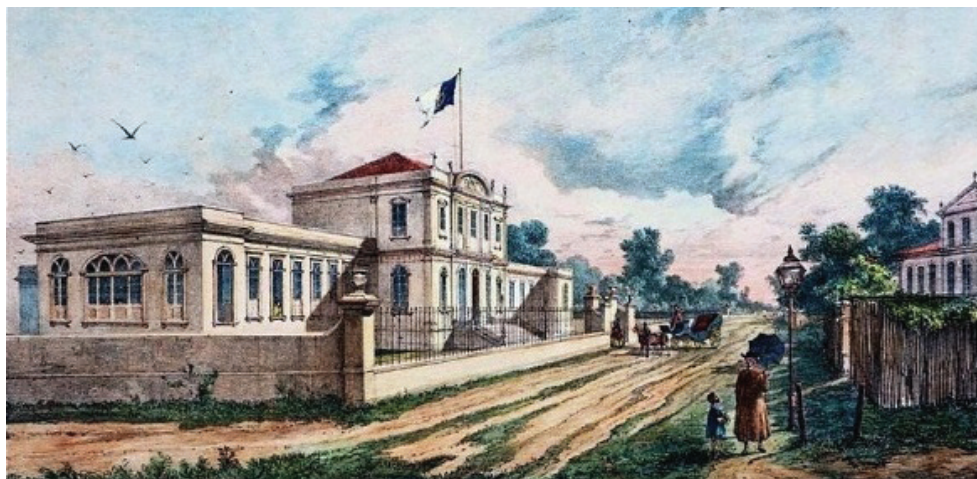
<sup>3</sup> Atual Praça da República.

Segundo a narrativa de Arthur Vianna no livro *História da Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará* (1974), após ser acatada a aquisição do terreno pela diretoria, contrata-se o arquiteto Frederico José Branco, idealizador do projeto que, segundo a diretoria, atende às exigências de higiene e saúde da época – edifício amplo, com boa insolação e luminosidade, bastante ventilado e arejado:

O artista compreendeu bem o que desejava e revelou de modo inconcusso a sua competência traçando um projeto geral de um grandioso edifício, devendo ser uma parte executada para servir às exigências de então e outra quando mais tarde o desenvolvimento interno do serviço hospitalar requeresse uma locação maior (História [...], 1974, p. 71).

Em 1877, inaugura-se o Hospital Dom Luiz I, edifício cujo corpo central possuía dois andares, ladeado simetricamente por corpos de um pavimento, assentados sobre porão habitável. A imagem pintada pelo italiano Léon Righini mostra-nos um edifício austero e amplo, situado em terreno generoso, recuado, com acesso central por escadaria monumental. Nessa cena, demonstra-se o aspecto suburbano da localização do nosocômio, a despeito de situar-se nas proximidades do centro da cidade.

**Figura 1** – Gravura representando o Hospital D. Luiz I – J. Léon Righini, Panorama do Pará em Doze Vistas: Hospital da Beneficente Portuguesa, 1867



Fonte: Panorama [...] (2024)

A despeito das polêmicas entre os sócios, a escolha do terreno da Travessa Dois de Dezembro deu-se por ser situado em bairro de terra firme e de cota elevada, atendendo às recomendações higienistas adotadas à época. O bairro de Nazaré, onde foi implantado o hospital, contava com largas artérias e terrenos amplos, uma vez que nessa zona da cidade se localizavam casas de recreio, denominadas rocinhas. O acolhimento aos acometidos pelas epidemias somava-se, então, como medida profilática ao contágio da população, ao mesmo tempo que os hospitais passaram a sediar os estudos da ciência médica (Miranda; Grilo, 2016).

Nem tudo, porém, são flores no decorrer das obras do Hospital D. Luiz I: a polêmica ganha força n’*O Liberal do Pará* em 23 de abril de 1875 (FBN, 1875), quando, sob o título “Hospital de D. Luiz”, uma pequena resenha é publicada com o seguinte relato:

Ouvimos dizer por pessoa fidedigna que o sr. commandante Catramby, logo q' o architecto branco se demittio de diretor das obras da Beneficente, cuidou in continente de passar um minucioso exame em tudo quanto existia feito e encontrou defeitos de tal natureza, que não seriam desculpados a um servente de obras.

Chamando a atenção de seus companheiros da commissão para um labyrintho de erros de deformidades, esta deo d' elles conhecimento á directoria para deliberar como julgar mais conveniente, pedindo um exame feito por perito para verificarem se é verdade que existem taes defeitos; e se a commissão procedeu ou não com toda a justiça, que caracteriza seus membros.

Este acto completará o descrédito do homem, que aqui se apresentou com o nome de *architecto*; no entanto a este compete justificar-se, e é que o póde fazer (FBN, 1875, p. 2).

O texto vem assinado por “O copista”. Do acervo disponível na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, seguem-se mais algumas notícias, em que se figura o embate travado entre o comandante Catramby<sup>4</sup> e o arquiteto Branco, este sendo continuamente questionado quanto à sua verdadeira formação profissional.

O jornal *Diário de Belém* de 21 de janeiro de 1876 (FBN, 1876a) publicou a pedido uma resposta de F. J. Branco denominada “O Hospital de D. Luiz 1.º e os detractores do Sr. F. J. Branco”. Inicia afirmando que, ao findarem as festas que se tem dado no hospital com a finalidade de angariar donativos para empregar na conclusão de suas obras, as quais não quis impor empecilho, vem então responder

às asserções malévolas e insultuosas para a minha reputação d' architecto, venho emfim refutar a mentira a mais cynica e a mais desavergonhadamente lançada para encobrir um laço ou uma esperteza, como a que tiveram a audacia de publicar no Gram-Pará de 9 do corrente que tinha-se despendido cerca de cinco contos de réis para corrigir erro do plano primitivo sendo necessário demolir paredes & o que é mentir descaradamente! (FBN, 1876a, p. 2).

Branco arremata o texto chamando seus detratores de “os comilões das obras do Hospital de D. Luiz 1.º!”. Aponta ainda a contradição destes quando publicaram no *Diário de Belém* de 19 de fevereiro de 1875 um manifesto elogio a seu trabalho: “e cabe aqui declarar que muito tem contribuído para este resultado tão satisfatorio (a belleza, a rapidez progressiva a par da maior economia) o incansavel zelo e actividade do architecto director o sr. F. J. Branco”. Então os acusa de “ter emporcalhado a fachada do hospital porque quizeram imitar a fachada do Palácio de Cristal do Porto”. Afirma que saiu das obras por não concordar com a compra de materiais de qualidade inferior a preço mais caro e por perceber que não poderia “dirigir as obras como me competia fazelo-o, com o gosto, a precisão e a economia bem entendida, mas sobretudo com a harmonia-architectural que tal monumento necessitava”. Acresce que tal monumento teve a harmonia arquitetônica quebrada pela mistura que homens leigos quizeram

<sup>4</sup> Na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, está depositada a Coleção José Antunes Rodrigues de Oliveira Catramby. Nascido em 3 de janeiro de 1828 na cidade de Braga, Portugal, foi oficial da Marinha portuguesa e chegou ao Brasil em 1849, naturalizando-se brasileiro em 1851. Obteve destaque em trabalhos como o inventário da partilha dos bens da família imperial, durante a Proclamação da República. Catramby foi também um dos fundadores do Hospital D. Luiz I da Real Sociedade Beneficente Portuguesa do Pará e da Companhia de Navegação Fluvial de Marajó. Oficial da Ordem da Rosa, foi tesoureiro da Sociedade de Geografia, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, procurador do Duque de Saxe e dos príncipes de Saxe. Ver Fundação Casa de Rui Barbosa (2024).

adotar numa edificação de primeira ordem, para aplicar feitos de monumentos de segunda e terceira ordem. Aponta os números, justificando que a derrubada de duas pequenas paredes na entrada das enfermarias, com as quais ele não concorda, resultaria na quantia de 300 réis, e não em cinco contos com haviam afirmado. Pergunta o que terão feito ao restante do montante que, segundo a diretoria, fora gasto (FBN, 1876a, p. 2).

Esses comentários indicam uma disputa em termos de referências estéticas entre o arquiteto, oriundo de Lisboa, e os membros da sociedade que, como se tem conhecimento, procediam em sua maioria da região norte de Portugal, tendo como ponto de dissensão o emprego do frontão arqueado que, como se percebe, veio a ser adotado na fachada do hospital e replicado, décadas mais tarde, na fachada voltada para a Travessa Boaventura da Silva, quando da construção do bloco destinado à maternidade do hospital (figura 2).

Figura 2 – Fachadas principais do Hospital Dom Luiz I, com destaque para os frontões



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022)

No *Diário de Belém* de 26 de janeiro de 1876 (FBN, 1876b) há a réplica do Comandante Catramby denominada “O hospital de D. Luiz I e o intitulado architecto F. J. Branco”. O trecho inicia com uma citação ao *Diário do Gram-Pará* de 9 de janeiro, a qual destaca que, até 31 de dezembro, a sociedade despendeu 90 contos com as obras do hospital, sendo 5 deles gastos para corrigir erros no plano primitivo. Com palavras exaltadas, chama o arquiteto de “architecto negro branco”, negro-branco latrineiro, que teria parodiado os arquitetos Vignole, Palladio e Scamosio, “fazem de ti mixtos horríveis de disformidades!”. Não se dirige ao oponente, mas a um “público ilustrado” que tem sido vítima, segundo ele, de homens audaciosos, que se intituam médicos ou arquitetos, ou sacerdotes, como cita um certo Bigot, dizendo que Branco fora referendado pelo fato de um ex-presidente da província ter aceitado o plano seu para uma escola. Nesse quesito, Catramby não se enganara, uma vez que se veio a comprovar que Frederico Branco não possuía, realmente, o título de arquiteto (FBN, 1876b, p. 1).

Oliveira Catramby cita o trecho do Relatório de 31 de dezembro de 1874 da comissão administrativa do hospital, que narra o êxito das atividades do arquiteto na economia das obras, sem fazer referência à beleza, uma vez que o estágio das obras nessa ocasião restringia-se aos alicerces (FBN, 1876b, p. 1). Continua dizendo que, logo que as paredes chegaram à base dos pedestais das colunas, percebeu-se que o edifício ficaria submergido, aumentando-se 70 cm na altura do edifício, além de 17 castelos para receberem as madres do vigamento, o que veio a incrementar o orçamento em 7 contos. Soma outras modificações, como a demolição de duas paredes dos corredores na entrada das enfermarias; por estarem muito estreitas, alargaram-se as portas do vestíbulo e das enfermarias, por terem estas menos 10 cm que as janelas de peitoril, além da correção que ainda seria feita nas lunetas ou ventiladores do corpo central, que não estavam centralizados em relação às janelas (FBN, 1876b, p. 1).

No *Diário de Belém* de 30 de janeiro de 1876 (FBN, 1876c), o dito arquiteto defende-se atacando seu oponente, acusando-o de roubo na Companhia do Amazonas, da qual teria sido enxotado. É então que afirma: “sou de Lisboa com profissão d’ architecto”, e que Catramby foi a bordo de um navio negreiro para fazer a limpeza de bordo. Acusa-o de querer colocar no Hospital D. Luiz I o frontão do Palácio de Cristal do Porto e a escada monumental do Louvre. Cita em seu favor o texto que o diretor-geral da instrução, Wilkens de Mattos, e o presidente da província, Pedro Vicente, publicaram no *Gram-Pará* de 7 de fevereiro de 1875, ao elogiá-lo: “o monumento da escola do largo do quartel lhe dá o mais solemne desmentido”. Rebate novamente a acusação dos custos, acusando seu opositor de ter se apropriado indevidamente dos recursos. Afirma que, em relatório da comissão fiscal das obras em 19 de fevereiro de 1875, ele havia concluído uma etapa da obra com 36% de economia em relação ao orçamento feito, apesar dos donativos de materiais que vieram a incrementar as verbas. Critica as dimensões feitas na escada principal, retirando os pedestais e com altura de degraus de 9 polegadas, como se fora uma escada de desembarque. Afirma ter em mãos as plantas aprovadas pela diretoria da Real Sociedade Beneficente Portuguesa para a edificação (FBN, 1876b, p. 1).

Torna-se cada vez mais clara a contenda entre os brasileiros e os portugueses, agora considerados como emigrantes e usurpadores. Esse ponto é reforçado pelo adendo escrito por F. J. Branco na mesma edição, em reação ao artigo publicado no jornal *Tribuna*, no qual Catramby ataca a colônia portuguesa. Branco, por sua vez, promete fazer justiça em relação a esse ataque, e o faz na resposta à *Tribuna* e a Catramby em 1.º de fevereiro de 1876. Ele se revolta contra publicações no periódico que classifica como imundo, “esse ignobil pelourinho onde os portuguezes são vilmente ataçalhados” (in FBN, 1876d, p. 1) e declara: “De duas uma: ou os portuguezes tem o direito de habitar no Pará ou não o tem”. O arquiteto Branco justifica que seus compatriotas devem ser julgados pelas leis da justiça, caso lhes seja permitido aqui habitar, caso não, que as autoridades fixem o tempo necessário para retornarem à terra natal. Não aceita, porém, os constantes insultos “de meia dúzia de maltrapilhos escondidos atraz d’uma paredinha de taipa”. Cita a reação da colônia francesa aos atentados do referido jornal ao cônsul, bem como critica as notas contra o presidente da província, delegado do governo imperial. Fala em revoluções e afirma não ser o Brasil como reinos do interior da África, onde os estrangeiros são maltratados.

Em 2 de fevereiro de 1876, no *Diário de Belém*, responde Catramby como presidente da comissão administrativa do Hospital D. Luiz I, atacando Branco de louco e admitindo responder a este apenas por receio de que o silêncio pudesse ser interpretado como prova de anuência em outros locais, “onde a calúnia chega sempre com cores mais



carregadas” (FBN, 1876d, p. 1). Afirma que a escada criticada por Branco fora apenas uma escadaria provisória, assente para servir ao bazar, e acusa o arquiteto de copiar e falsificar uma planta do Teatro da Paz. Após atribuir-lhe várias falhas, entre as quais a desigualdade dos quartos do corpo central, afirma que Branco subtraiu a planta do hospital, e apoia-se também na imprecisão orçamentária que ele teria perpetrado no Banco Comercial do Pará. Confirma que, embora não seja arquiteto, assumiu a direção das obras do hospital.

Soma-se na mesma página 2 dessa edição do jornal o texto “Banco Commercial do Pará”, no qual se destacam os erros: espaço insuficiente para a escadaria de cantaria branca em frente às portas do vestibulo, esta recebida de Portugal. Completa que “dizem os constructores que os degraus das escadarias dos edificios de 1ª ordem devem ter 0<sup>m</sup>, 19 de altura e 0<sup>m</sup>,38 de largura”, afirmando o autor que no espaço disponível só caberá uma escada com degraus de 0,185 de altura e 0,33 de largura, o que chama de uma escadinha de casebre, com 10 degraus. Aponta outros defeitos, como a ausência de espaço para a abertura do portão de ferro, bem como portas de alturas e larguras diferentes, critica a colocação de um ventilador no coroamento do telhado do edificio, pois este servirá para a ação de larápios.

Há nova réplica do arquiteto em 3 de fevereiro, acusando novamente Catramby de ter desviado sete contos, duzentos e tantos mil réis e de não conseguir provar o que considera erros: “dizer aquelles detalhes que só pertencem ao architecto para a harmonia das differentes partes do monumento” (FBN, 1876e, p. 2).

Afirma que a necessidade de elevar o soco do edificio a mais 60 centímetros de altura, em consequência do desnivelamento do terreno, foi feita sem exceder o orçamento, como comprovaria o segundo balanço feito na 2.ª seção. Complementa que, na construção da parte superior do edificio, houve diminuições de obras e não aumentos, pois se diminuíram em 20 cm de espessura várias paredes interiores, além de deixar de realizar obras já orçadas e outras alterações de orçamento (FBN, 1876e, p. 2).

Acusa o opositor de mudar a linguagem quando escreve na *Tribuna*, tendo chamado os portugueses de galegos, o que não acontece em seu artigo no *Diário de Belém*. E acrescenta:

Eu não posso comprehender o embroglio que elle faz de Peseratt e do Sr. Marquez de Nisa, mas em todo caso bem se vê que se trabalhei com o Sr. Peseratt e se depois foi para o Monumento das côrtes com o sr. Marquez de Nisa isso não podia sêr senão em meo abono e diga quem quizer: por acaso não é muito honroso para um architecto de ser chamado para uma obra tão importante como a obra do Palacio das Côrtes de Lisboa? Que mal me pôde trazer de eu ter trabalhado debaixo da inspecção e administração do Sr. Marquez de Nisa que era um amator mui distincto das bellas artes?<sup>5</sup> (FBN, 1876e, p. 2).

Branco desmente também a suposta falsificação das plantas do Teatro da Paz, onde diz ter trabalhado por três meses, e que executou o desenho das plantas apenas para dar continuidade às obras já em andamento, e que estas foram depois assinadas por outro engenheiro.

<sup>5</sup> As obras de adaptação do Convento de São Bento para figurar como Palácio das Cortes foram projetadas pelo arquiteto francês Jean-François Colson, em 1861, mas só em 1863 foi criada comissão para o acompanhamento da obra, constituída a direção técnica pelo Marquês de Niza, acompanhado pelo arquiteto António Tomás da Fonseca e pelos engenheiros Jaime Larcher e Charles Pesarat.

Acusa Catramby de estar se promovendo a sua custa para ser comendador. Desmente os argumentos da largura das portas, que seriam de 1,40 m, enquanto as macas teriam 80 cm. Quanto ao Banco Comercial, assim afirma: “[...] o Banco é o monumento mais perfeito que existe no Pará e se fosse collocado n’um largo melhor seria apreciado, mesmo assim, não há aqui outro tão regular pois elle e o monumento da escola são os mais bonitos e os mais perfeitos”. Em relação ao hospital, o arquiteto esbraveja:

Não enxergas que o frontão do palácio de crystal do Porto e a escada mutilada do Louvre no hospital de D. Luiz I faz parecer o monumento como se fosse uma linda e formosa mulher, vestida com trajos muito ricos e de bom gosto e que na cabeça tem um chapéu de negro e nos pés uns grosseiros tamancos?..... (FBN, 1876e, p. 2).

**Figura 3** – Gravura representando o Banco Comercial do Pará – J. Léon Righini, Panorama do Pará em Doze Vistas



Fonte: Panorama [...] (2024)

Em 7 de fevereiro de 1876, é publicada uma nota a pedido no *Diário de Belém*, assinada por cinco membros da Sociedade Beneficente Portuguesa, tratando sobre a discussão travada na imprensa, segundo estes, derivada dos graves erros cometidos pelo Sr. F. J. Branco no princípio da edificação do Hospital D. Luiz I, os quais ensejaram a sua demissão da responsabilidade sobre as obras. “Não obstante, se a questão fosse tratada sob a benéfica influencia dos sãos princípios da arte, teria a vantagem de produzir a luz, e o sr. Branco, se fosse mais submisso aos dictames da razão, teria de resignar-se á sua derrota”. Portanto, os funcionários da Real Sociedade Portuguesa Beneficente vêm manifestar-se em defesa do sr. José Antonio Rodrigues d’Oliveira Catramby, membro da Comissão Administrativa do hospital, destacando o zelo, a atividade, a inteligência e a generosidade com que vem zelando pelas obras do hospital (FBN, 1876f, p. 2).

No *Diário de Belém* de 12 fevereiro 1876, nas páginas 1 e 2 (FBN, 1876g), há nova resposta de Catramby a Branco: “O Hospital de D. Luiz I e o intitulado architecto F. J. Branco”. Afirma responder furtando-se aos insultos indecorosos com que seu opositor o vem detratando, “destas reputações, finalmente, que excitam as iras d’essa famosa ave de rapina á quem o exímio architecto serve de passivo testa de ferro”.

Reforça os aumentos no orçamento causados, segundo ele, pela omissão na planta e nos orçamentos dos castelos em que se assentam os vigamentos e os 70 centímetros

de elevação do soco do edifício, que oneraram a obra em 7:180\$533. Afirma ter o orçamento elaborado por Branco como comprovação e acusa o arquiteto de ter em mão a planta do hospital, que é propriedade da Real Sociedade Portuguesa Beneficente. Acusa Branco de querer roubar a instituição pia e de ter abandonado a construção, a qual não vinha conduzindo com competência (FBN, 1876g, p. 1).

Discute a ausência das purnadas nas portas do vestibulo e dos pedestais nas colunas do pórtico, e acrescenta: “E como havia de ser galante se os rasgos das portas interiores do vestibulo ficasse para o lado de fora, como tinha determinado o celeberrimo architecto e que, depois de larga contenda com o mestre pedreiro Antonio Belém, modificou a seu pesar?”.

Questiona ainda o fato de as colunas do pórtico estarem 16 cm abaixo da linha dos assoalhos, ao que o arquiteto teria respondido que fora solucionado com um degrau, bem como avalia que as seis janelas do corpo central apresentam o mesmo defeito. Acusa ironicamente o arquiteto de ter planejado os membros extremos das enfermarias com mais 70 cm de largura, ao que foi respondido que onde há harmonia e regularidade não há defeito.

Logo a seguir, a nota Banco Commercial do Pará, assinada por um acionista, informa sobre os graves erros nas obras daquele edifício, “e que servem para atestar a ausencia completa de conhecimentos technicos de quem dirige essa obra na qualidade de constructor” (FBN, 1876g, p. 2). Segue a enumeração dos defeitos construtivos, a saber: as “portas de solitária” da parede do fundo do salão da directoria; a inconveniência da colocação do descomunal ventilador; a necessidade de mascarar o esmagamento das janelas pela parede de fundo do salão da directoria; a reprovação do portão de ferro a ser colocado em frente à escadaria, que, pelo elevado peso, requer a utilização de máquina a vapor para seu deslocamento sobre corrediças; a incompatibilidade entre as medidas da escadaria e o local onde deve ser assentada, gerando a supressão de dois patamares. Ironizando as palavras de Branco em seu artigo anterior, comenta: “Mas, o ventilador e a escada mutilada, ‘faz parecer o monumento como se fosse uma linda e formosa mulher, vestida com trajos muito ricos e de bom gosto e que na cabeça tem um chapeo de negro e nos pés uns grosseiros tamancos?’”. Acrescenta que o novo diretor do banco resolverá as falhas com os conselhos do “intelligente constructor Seabra” (FBN, 1876g, p. 2).

Na edição de 13 de fevereiro de 1876 do *Diário de Belém*, Branco novamente publica sua resposta, ironizando Catramby ao recorrer “á directoria com gritos desesperados de socorro!”. Prossegue em seu ataque, desqualificando os membros da directoria da Sociedade Beneficente como quatro homens, sendo dois analfabetos, mais um cabo, os quais desconhecem os assuntos que se propõem a criticar. Afirma ainda que Catramby os coagiu a assinar a referida nota, sob a ameaça de lhes delatar também os malfeitos. E rebate:

Aqui precisamos fazer ponto porque a moral se acha ultrajada por meia dúzia de patifes que á força querem dar cambio á opinião publica n’ uma questão onde só os homens technicos e muito versados na arte de construir podem dar parecer, o mesmo assim não o fazem senão depois de vêr os desenhos de detalhes e ouvir o autor do projecto, porque ciosos do respeito do trabalho d’ outrem não aventuram levanamente seu próprio saber (FBN, 1876h, p. 2).

Declara ter se retirado voluntariamente das obras (como aliás Catramby confirma) por não compactuar com a compra de materiais ordinários, afirmando que Catramby e Antunes ignoraram os detalhes de arquitetura por ele elaborados, adequados ao estilo de arquitetura adotada, com fins de malversar os orçamentos. Assim, rejeita ser

criticado por homens cuja educação é inferior à dele, “beocios estúpidos e brutos, cuja instrução é apenas pastoril e cuja educação não passa da camada mais rasteira” (FBN, 1876h, p. 2).

No jornal *O Santo Officio* de 21 de fevereiro, faz um apelo à Assembleia Legislativa da província por reformas urgentes na administração pública e, em seguida, relata-se na coluna *Fiat Lux Hospital D. Luiz I*, citando uma matéria do dia 7 do mês no qual o redator pede resposta quanto às acusações do “architecto Branco” àqueles que chama de ladrões, e demonstra querer trazer luz à questão que trata como de honra para a Real Sociedade Portuguesa (FBN, 1876i, p. 1-2). Pede aos senhores da diretoria que apoiaram Catramby que deem contas sobre o suposto superfaturamento nas obras do hospital, denunciadas pelo arquiteto.

Como afirma Gisele Sanglard (2018) no prefácio de *Hospitais e saúde nos Oitocentos*, o neoclassicismo vinha associado a ideais de progresso, os quais só poderiam se materializar, no caso da assistência à saúde, na construção de hospitais de raiz, de modo que esses edifícios viessem a ser concebidos em consonância com os ditames da higiene, obedecendo prioritariamente ao modelo pavilhonar. Desse modo, o Hospital D. Luiz I torna-se precursor de uma nova mentalidade no cuidado à saúde na capital da província do Pará, antecedendo em algumas décadas o complexo pavilhonar da Santa Casa de Misericórdia, edificado na mesma avenida, em 1900.

Os textos publicados nos periódicos *Diário de Belém*, *O Santo Officio* e *O Liberal do Pará* demonstram a importância atribuída às obras do novo Hospital da Beneficente Portuguesa em Belém no contexto social e político da capital da província, tendo o tema acirrado ânimos e trazido à tona divergências e acusações quanto ao emprego de recursos na construção do hospital.

Além disso, são elencadas outras obras na cidade, nas quais o “arquiteto” Frederico Branco teve participação, como a do Banco Comercial (atual sede do Arquivo Público do Pará), do Theatro da Paz e da Escola no Largo do Quartel (que atualmente sedia a Academia Paraense de Letras), cuja gramática estética foi significativa para a configuração da paisagem da cidade na segunda metade do século XIX, trazendo as formas clássicas típicas do classicismo imperial brasileiro (Miranda; Santa Brígida, 2016).

## O ANTILUSITANISMO E A REVIRAVOLTA DO ARQUITETO

Segundo Irene Vaquinhas (2013), a questão do antilusitanismo no Pará inicia-se com o incidente da bandeira portuguesa, queimada na Igreja do Rosário em 1.º de fevereiro de 1873, e tem como público-alvo privilegiado a classe mercantil, sendo os ânimos acirrados pelas matérias publicadas pelo jornal *A Tribuna*, periódico de ideias republicanas, de cariz nacionalista, o qual usava ofensas e calúnias a fim de incitar a população local contra os portugueses.

O contexto pós-independência já evidenciava a rejeição aos lusos, latente e novamente atizada, ao coincidirem fatores como aumento da imigração, decadência do comércio no Pará, movimento republicano e surto de febre amarela. Este último resultou na perda de mão de obra à agricultura, levantando os preços dos gêneros e reduzindo o poder de compra das famílias. Outrossim, Vaquinhas (2013) atesta, com base na documentação consular, que os portugueses dominavam o comércio a retalho no Pará, mantendo monopólios e privilégios sobre a navegação e as negociações.

O clima de instabilidade política e religiosa, com ataques à Igreja e à maçonaria, bem como as pressões pela alteração na legislação de comércio que garantisse aos brasileiros o livre acesso ao comércio a retalho, foram polarizadas pelo jornal *A Tribuna*, ecoando os interesses partilhados pela população local. Portanto,

o discurso antilusitano será adoptado pelas facções das elites locais paraenses, afastadas do poder, como forma de estratégia política, acusando a ala conservadora no governo de defender interesses portugueses de dominação, senão mesmo de “recolonização”, e tentando assim arregimentar para o seu lado os estratos económicos mais desfavorecidos (Vaquinhas, 2013, p. 227).

Segundo a autora, há fortes indícios de que militares apoiassem as investidas de *A Tribuna*, sendo seu diretor um militar de carreira, além do fato de os ideais republicanos serem compartilhados com os militares. Tais incitações resultaram em espancamentos e mortes de portugueses, especialmente comerciantes, o que alarmou os que pensavam em emigrar para o Brasil, dissuadindo-os de tal intento.

Um dos fatos decorrentes dessa rejeição aos portugueses foi noticiado como a Questão de Nazareth, relativa à transferência do santíssimo sacramento da Basílica pelo bispo D. Macedo Costa para a capela do Hospital da Beneficente, em 1877, que foi alvo de intensos debates em jornais católicos, como *A Boa Nova*. Em 8 de dezembro de 1877, o jornal critica *O Liberal* por contrapor a Igreja aos membros da colônia portuguesa, acusados de maçons, atestando que aquele jornal desejava incitar a desavença entre o comércio português e a igreja católica, convocando a convulsão social. Há uma guerra declarada às irmandades, às quais se acusa de malversar o dinheiro da caridade.

A discussão continua em 12 de dezembro de 1877, sob o mesmo tema “A Questão de Nazareth”, apontando homens da sociedade notoriamente anticlericais como participantes da organização da Festa de Nazaré.

A hostilidade devotada a Branco parece menos justificada quando este surge nas Atas do Gabinete Portuguez de Leitura, do Rio de Janeiro, sendo o responsável pelas obras de construção da claraboia metálica que arremata o salão de leitura desse imponente edifício de estilo neomanuelino. No Almanak de 1910, o nome de Frederico José Branco figura à página 1.929 como arquiteto e membro do Club de Engenharia daquela capital da República.

Na sessão de 13 de agosto de 1872, foram mostrados os desenhos do projeto do Gabinete, e designou-se o diretor Boaventura Gonçalves Roque<sup>6</sup> para obter orçamentos para as obras. Em 11 de junho de 1880, sendo Ramalho Ortigão o primeiro-secretário, é referido que “veio também de Lisboa a planta da fachada do novo edifício, plano do architecto daquela cidade Raphael da Silva e Castro, faltando enviar o restante do plano” (GPL, [entre 1869-1880], p. 166). Na ata de 5 de março de 1881, registra-se que:

O secretario communica haver dirigido ao Sr. Frederico J. Branco, architecto, a seguinte carta com a relação ás convicções feitas com o mesmo Senr. para a construção dos edificio: \_ Ill.º Senr Frederico J. Branco. Confirmando o que foi verbalmente combinado entre NSª o seguinte: 1º A directoria delega em V Sª a administração qual da construção do edificio do Gabinete à rua Luiz de Camões, segundo o plano adaptado pela directoria e Conselho, e de acordo com as ultiores disposições approvadas no proseguimento da obra, a qual

<sup>6</sup> O Visconde do Rio Vez é Boaventura Gonçalves Roque, nascido em Arcos de Valdevez, Portugal. Foi um comerciante e filantropo português. Era irmão e sogro do Visconde de Sistelo. Muito novo passou ao Brasil, onde foi próspero comerciante e tornou-se um dos mais prestigiosos membros da colônia portuguesa no Rio de Janeiro. Foi benfeitor, entre outras associações, da Sociedade Portuguesa de Beneficência, Real Gabinete Português de Leitura, da Caixa de Socorros Dom Pedro V e das Ordens Terceiras do Carmo e de São Francisco de Paula. Foi um dos assinantes do Rio de Janeiro da lista dos doadores que acudiram aos famintos de Cabo Verde, aos flagelados por ocasião das inundações de 1876 e também na subscrição para o Monumento dos Restauradores de Lisboa. De retorno a Portugal, interessou-se e foi responsável pela fiscalização da feitura das mobílias e estátuas da fachada do Gabinete Portuguez de Leitura do Rio de Janeiro, então em construção (Boaventura [...], 2024).

dever ser da maior solidez e de primeira qualidade os materiais empregados. 2º Compete a VSª escolher e admittir o pessoal dos trabalhos e bem assim designar e propor a directoria os fornecedores de materiais. 3º As obras começarão no dia 7 de março corrente. 4º No fim de cada quinzena será apresentada a folha dos jornaes dos operários conferiada e rubricada por NSª apresentar as contas dos fornecimentos, conferidas e rubricadas, a fim de serem immediatamente pagas aos fornecedores. As compras serão sempre feitas a dinheiro para se obter a máxima concessão possível nos preços. 5º Pelo cargo da administração e trabalhos inherentes vencerá VSª o honorário mensal de 300//000 tresentos mil reis, ficando porem este vencimento interrompido se por força maior ou qualquer incidente não previsto ficar a obra parada por mais de 60 dias consecutivos. Rogo a NSª queira ter a bondade de, em resposta a esta communicação participar do Gabinete se estamos de accordo e se acceta para mutua intelligencia as bases supramencionadas. Subscribo-me com estima e apreço. De NSª (Assignado) J. C. Ramalho Ortigão. 1º secretário. Rio de Janeiro 5 de Março de 1881. O mesmo Senr. Frederico J. Branco responderá por escripto afim de ficar estabelecido o mutuo acordo. Nada mais havendo a tratar encerra-se a sessão ás 8 horas (GPL, 1881, p. 11).

**Nas atas seguintes, observam-se comentários positivos a respeito do andamento da obra, sendo o presidente Eduardo Lemos o intermediário com o arquiteto, e fiscal das obras. Em 1.º de julho de 1881 é aprovado o reajuste dos honorários do arquiteto Frederico José Branco, devido ao aumento de seu trabalho nas obras (GPL, 1881, p. 28). Referem que o vigamento de ferro será encomendado para a Inglaterra ou a Bélgica, denotando que sistemas construtivos inovadores são incorporados, como “o systema moderno de tijolos ocós ligados por sua forma ao vigamento de ferro, como o meio mais próprio de obter solidez, menor peso e imcombustibilidade” (GPL, 1881, p. 30). Nas atas constam as especificações e o dimensionamento das peças, o que demonstra conhecimento técnico da parte do arquiteto responsável pela obra.**

O architecto Branco apresenta em oito desenhos os planos para a cobertura de ferro do edificio e cúpula para a clarabóia do salão da biblioteca e mais acessórios descriptos em um orçamento de Manoel Joaquim Moreira & Cª. Resolve a directoria que se estude com vagar este plano e o conjunto da despesa, antes de resolver-se ou não a sua adopção, tendo tambem em vista o acréscimo de custo no preço geral do edificio que foi orçado antes do começo da obra. \_O presidente participa que as obras do novo edificio prosseguem nos mesmos termos isto é, elevando-se as paredes em todo o circuito do terreno, calculando-se que até ao fim do mês ficariam as mesmas paredes elevadas a sua maior altura e promptas para receber a cobertura de ferro para o telhado e clarabóias (GPL, 1882, p. 76-77).

**Em 20 de junho de 1882, a directoria decide pelo plano do arquiteto Branco, em substituição ao plano primitivo, sendo sempre realçada a beleza do estilo da obra, o manuelino, bem como a escrupulosa administração do arquiteto Branco:**

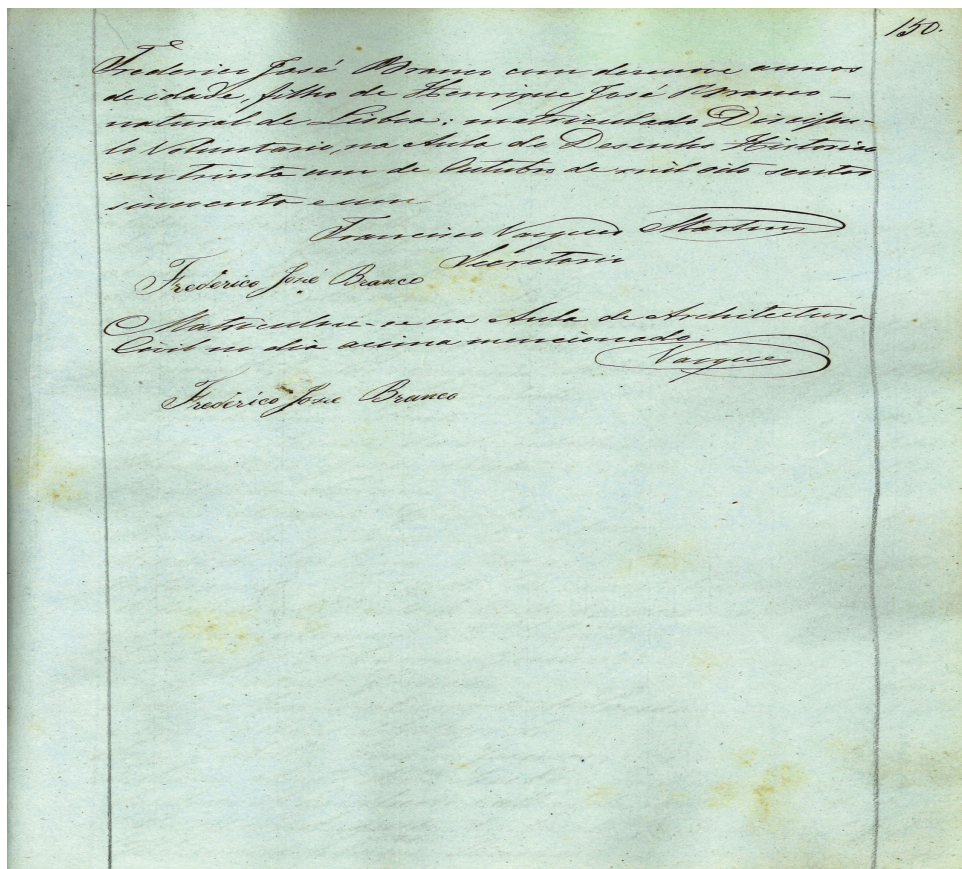
[...] não obstante importar um acréscimo de despesa computado em cerca de vinte contos de reis; sendo a preferência baseada na grande superioridade do novo plano sobre o antigo, não só quanto à solides e menor peso, mas também quanto a belesa da obra e conveniência de luz para o salão principal. Quanto à execução do referido plano, visto não parecer de vantagem que seja encommendado na Europa, em razão dos inconvenientes que podem surgir na collocação, que é uma das partes mais essenciaes deste trabalho, e de mais responsabilidade para a respectiva administração, resolve também a directoria delegar no Snr. Frederico José Branco os poderes necessários para contractar

a obra em vista do plano appresentado, quer seja, digo, do plano approvedo, quer seja directamente com uma officina, ou pondo a obra em concurso entre diversos estabelecimentos, entre os quaes a directori especialisa os de Manoel Joaquim Moreira & C<sup>a</sup>, A. G. de Mattos & C<sup>a</sup>. e as officinas de Finnie Hemp (GPL, 1882, p. 78).

As Academias de Belas Artes haviam definido como missão promover a civilização geral dos portugueses, difundindo o gosto do belo ao mesmo tempo em que visavam ao melhoramento dos Ofícios e das artes fabris – com formação de artífices e operários – e determinavam o Desenho como ligação entre as Belas Artes e as Artes Aplicadas. O Desenho era a base do ensino nas academias, e nas aulas de Arquitetura se conferia prioridade ao desenho em perspectiva e à decoração de fachadas, em detrimento da vertente construtiva (Lisboa, 2007).

O ingresso nas academias ocorria aos 10 anos, com habilitação mínima de saber ler, escrever e contar, e formavam-se aos 15 anos. A autora demonstra como a formação teórica era descurada, resumindo-se a uma cadeira de História da Arte e Estética, só incluída em 1860, e cujos programas, centrados no ensino da História, diluíam a reflexão sobre a Estética. Parte dos alunos, contudo, era proveniente da classe de artesãos, como canteiros e pedreiros. Na ficha de Frederico Branco referente aos anos letivos de 1950-51, na Academia de Belas Artes de Lisboa, há uma referência a ofícios e profissões, em que este figura com a anotação Canteiro, o que justifica as críticas feitas por este quanto à execução das pedras de cantaria da fachada do Gabinete português.

**Figura 4** – Registro de matrícula de Frederico José Branco na aula de Arquitetura



Fonte: Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa (s.d., p. 150).

A despeito de ter-se detectado que o arquiteto Frederico Branco não teria completado os estudos na Academia de Belas Artes de Lisboa, depreende-se do seu percurso profissional que este possuía competências adquiridas de maneira empírica e pela observação acurada dos exemplares da arquitetura clássica, de modo que as acusações que sofrera se deviam majoritariamente a motivações políticas e a xenofobia (Miranda; Grilo, 2016).

## HOSPITAL D. LUIZ I: IDENTIDADE LUSITANA E PARAENSE

A edificação do hospital da colônia portuguesa no Pará inscreve-se numa dinâmica similar à de outras províncias brasileiras, tal como aponta Chaves (2008). A criação de sociedades beneficentes servia à afirmação dos portugueses imigrados, garantindo *status* social, apoiando-se na condição econômica dos inscritos, na proteção régia ao vincular-se à coroa portuguesa e na celebração de um santo ou santa padroeira (no caso da Beneficente do Pará, a escolha recaiu sobre a padroeira de Portugal Nossa Senhora da Conceição) a fim de manter evidentes os laços com o catolicismo e tornar presentes em suas celebrações os mais influentes membros eclesiásticos e, como culminância, a edificação dos hospitais com arquitetura monumental. Desse modo, pertencer a uma tal associação significava adquirir reconhecimento social, legitimando seu poder econômico e garantindo seu pertencimento à dupla nação aquém e além-mar.

Em Belém, o Hospital D. Luiz I é identificado ainda hoje como Hospital da Beneficente Portuguesa, e presta atendimento tanto a pacientes pagantes quanto a beneficiários do Sistema Único de Saúde. Em décadas passadas, os seus porões abrigavam portugueses associados que não tinham apoio familiar, funcionando mais como espaço assistencial do que de cura.

A necessidade que os imigrantes portugueses dispunham de manter laços afetivos com sua terra natal e de buscar afirmação de sua identidade lusa fez com que adotassem as sociedades portuguesas como espaço de pertencimento e de proeminência social.

Segundo Donizete Rodrigues (2012, p. 3):

A sociedade (e/ou grupo) constrói e reproduz a sua identidade através do apego constante ao seu passado, mitológico, histórico e, principalmente, simbólico-religioso. Invertendo a lógica da questão, podemos dizer que as sociedades são resultados de processos (mitológicos e históricos) de (con)textualização e de (des/re)contextualização de identidades culturais, ao longo do tempo.

Assim, a identidade tem por base a memória social construída por um grupo ao longo do tempo, que garante coesão e autorreconhecimento aos seus integrantes. Na dissertação de Figueiredo (2015), confirma-se que o edifício do hospital se mantém como referência de memória para a população belemense em geral, a qual destaca como elementos identitários do edifício a cor branca e a escadaria monumental que conduz ao primeiro piso. A fachada é demarcada por símbolos da pátria portuguesa, como a esfera armilar, as correntes (que remetem aos elos caritativos) e o brasão da sociedade, no qual as mãos entrelaçadas simbolizam a filantropia, sendo emoldurado por ramos de café e tabaco (riquezas do Brasil imperial), ladeados por dragões (manifestações de poder) e encimados pela coroa real.



**Figura 5 – Elementos simbólicos: esfera armilar e corrente**



Fonte: Fotografia de Julia Moraes (2024)

**Figura 6 – Brasão da Sociedade Beneficente Portuguesa do Pará**



Fonte: Fotografia de Julia Moraes (2024)

Dentro do hospital, mantém-se o salão nobre com os elementos em estuque que diferenciam os interiores dos hospitais oitocentistas, cujo centro é demarcado pelo brasão português e pelo retrato de D. Luiz I (Figueiredo; Miranda; Carvalho, 2018).

**Figura 7** – Salão nobre com teto estucado e retrato de D. Luiz I



Fonte: Acervo pessoal da autora (2015)

O emprego da cor branca associada ao classicismo remete ao Renascimento, como analisa Argan no texto sobre Andrea Palladio e a crítica neoclássica: “o branco puro, realização cromática absoluta da máxima intensidade da luz, transformação completa da funcionalidade arquitetônica em efeito pictórico [...]” (Argan, 1999, p. 406). Portanto, a cor branca destaca-se como fator identitário do hospital, tanto em seus efeitos pictóricos exteriores, reforçando as dinâmicas dos volumes construídos, quanto nos estuques interiores, com seus relevos ornamentais. O conceito de decoro também é considerado, por meio do emprego da ordem jônica na fachada do edifício, alusiva ao caráter de edifícios civis.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão acerca da gramática clássica como ponto de divergência entre a diretoria da Sociedade Beneficente Portuguesa do Pará e o arquiteto português Frederico José Branco revelou-se um achado ímpar para pensar a arquitetura e as relações políticas

na segunda metade do século XIX, em que o regime monárquico perdia forças e a província estava prestes a viver um ciclo econômico de grande relevância para sua fisionomia urbana: o Ciclo da Borracha (1879-1912). Nesse contexto, a região passava a atrair profissionais europeus para conferir às suas capitais, Belém e Manaus, ares de modernidade e progresso.

No terceiro quartel do século XIX, a influência da colônia portuguesa no Pará era marcante, seja pela ação da Sociedade Beneficente, seja pela criação do Grêmio Literário e Recreativo Português, pela Escola Fênix Caixeiral Paraense e pelos jornais editados por portugueses. Numa época em que a assistência à saúde da população não era uma responsabilidade constitucional, a caridade e a beneficência eram os meios para garantir os cuidados à população carente, muitas vezes associando a sociedade civil com irmandades e ordens religiosas.

As demandas de internação geradas pelas epidemias impulsionaram a construção de hospitais localizados em áreas mais altas da cidade, cujos terrenos fossem compatíveis com projetos no modelo pavilhonar em vigor, adequado, portanto, aos princípios higienistas que eram ditados para os edifícios e para o desenvolvimento das cidades. Assim, a Sociedade Beneficente Portuguesa do Pará empreendeu a aquisição de extenso terreno no bairro de Nazaré, com a finalidade de aí edificar um amplo edifício varrido de ar, construído de raiz para a função hospitalar, cuja morfologia adotando os princípios dos Tratados de Arquitetura, ainda vigentes na Europa novecentista, se tornaria um marco arquitetônico da capital. O Hospital D. Luiz I permanece, na longa duração, não apenas como ícone da colônia portuguesa no Pará, mas também como arquitetura monumental integrada à identidade paraense, representação da assistência à sociedade em geral, instituição respeitada e frequentada por todos os estratos sociais locais.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA NACIONAL DE BELAS ARTES DE LISBOA. **Livro de Matrículas da Academia de Belas Artes de Lisboa (1842-1850)**. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes de Lisboa, s.d. p. 150.

AFFONSO, Lilia. **Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará: 1854-2010**. Belém: Gráfica Sagrada Família, 2011.

ARGAN, Giulio Carlo. **Clássico anticlássico: o Renascimento de Brunelleschi a Bruegel**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

BARÃO, Ana Luísa. Teoria e crítica de Arte em Portugal na primeira metade do século XIX. Uma exposição. Uma análise. *In*: LEANDRO, Sandra. **Seminários de Estudos de Arte: Estados da Forma I**. Évora: Edições Eu é que Sei: Centro de História da Arte e Investigação Artística, Universidade de Évora, 2007.

BELTRÃO, Jane Felipe. Memórias da cólera no Pará (1855 e 1991): tragédias se repetem? **História, Ciências Saúde-Manguinhos**, v. 14, p. 145-167, 2007. Suplemento. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/0913.pdf>. Acesso em: nov. 2024.

BOAVENTURA GONÇALVES ROQUE. *In*: WIKIPEDIA: the free encyclopedia. [San Francisco, CA: Wikimedia Foundation]. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Boaventura\\_Gon%C3%A7alves\\_Roque](https://pt.wikipedia.org/wiki/Boaventura_Gon%C3%A7alves_Roque). Acesso em: 19 nov. 2024.

CHAVES, Larissa Patron. **Honremos a Pátria Senhores! As Sociedades Portuguesas de Beneficência: caridade, poder e formação de elites na Província de São Pedro do Rio Grande (1854-1910).** Tese (Doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

FIGUEIREDO, Ana Paula Rodrigues; MIRANDA, Cybelle Salvador; CARVALHO, Ronaldo N. F. Marques de. A arquitetura assistencial em Belém e a estética dos interiores ecléticos: Hospital D. Luiz I da Benemerita Sociedade Beneficente Portuguesa. **19&20**, v. XIII, n. 2, p. 1-16, jul./dez. 2018.

FIGUEIREDO, Cibelly Alessandra Rodrigues. **Hospital D. Luiz I da Benemerita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará como documento/monumento.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Pará, 2015.

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **A Constituição**, 28 abr. 1877.

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Diário de Belém**, 8 nov. 1874a, p. 2.

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Diário de Belém**, 21 jan. 1876a, p. 2.

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Diário de Belém**, 26 jan. 1876b, p. 1.

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Diário de Belém**, 30 jan. 1876c, p. 1.

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **Diário de Belém**, 25 set. 1874b, p. 3.

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **Diário de Belém**, 1.º nov. 1874c, p. 2.

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **Diário de Belém**, 2 fev. 1876d, p. 2.

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **Diário de Belém**, 3 fev. 1876e, p. 2.

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **Diário de Belém**, 7 fev. 1876f, p. 2.

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **Diário de Belém**, 12 fev. 1876g, p. 1-2.

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **Diário de Belém**, 13 fev. 1876h, p. 2.

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Hemeroteca digital. **O Santo Officio**, 21 fev. 1876i, p 1-2.

FBN – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **O Liberal do Pará**. 23 abr. 1875, p. 2.

FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Coleções históricas J-U**. Disponível em: [http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID\\_S=258&ID\\_M=394](http://antigo.casaruibarbosa.gov.br/interna.php?ID_S=258&ID_M=394). Acesso em: nov. 2024.

GPL – GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA. **Actas das Sessões da Directoria 1869-1880**.

GPL – GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA. **Actas das Sessões da Directoria 1880-1897**.

GPL – GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA. **Actas das Sessões da Directoria 1880-1897**. Acta da sessão da directoria 9 jul. 1881. p. 30.

GPL – GABINETE PORTUGUEZ DE LEITURA. **Actas das Sessões da Directoria 1880-1897**. Acta da sessão da directoria em 12 jun. 1882. p. 76-77.

HISTÓRIA da Benemérita Sociedade Portuguesa Beneficente do Pará, ampliação do resumo escrito por Arthur Vianna, em 1904. **Jornal do Comércio**, Belém, 1974.

LISBOA, Maria Helena. **As academias e escolas de Belas Artes e o Ensino Artístico (1836-1910)**. Lisboa: Colibri, 2007.

MIRANDA, Cybelle Salvador. O ensino de arquitetura Atavismos oitocentistas, pensamento sistêmico e a avaliação do Enade. **Arquitextos**, n. 217, 5 jun. 2018.

MIRANDA, Cybelle Salvador; GRILLO, Fernando Jorge Artur. Arquiteturas da saúde na segunda metade do século XIX e os modelos de ensino nas academias portuguesas. **Anais do Museu Paulista (Impresso)**, n. 24, p. 77-113, 2016.

MIRANDA, Cybelle Salvador; SANTA BRIGIDA, Juliane O. Arquitetura Civil da segunda metade do século XIX em Belém-PA: estudo dos elementos compositivos e da geometria de fachadas. **19&20**, Rio de Janeiro, v. XI, 2016.

PANORAMA do Pará em doze vistas – J. L. Righini. Centro de Memória da Amazônia, UFPA. Disponível em: <https://www.cma.ufpa.br/galeriarighini.html>. Acesso em: nov. 2024.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: uma abordagem antropológica, **Ubimuseum** (Revista *online* do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior), n. 1, p. 1-8, 2012.

SANGLARD, Gisele. **Prefácio**. In: MIRANDA, Cybelle Salvador Miranda; COSTA, Renato da Gama-Rosa Costa (org.). **Hospitais e saúde no Oitocentos: diálogos entre Brasil e Portugal**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2018.

TAVARES, Maria Lucilena Gonzaga Costa. Portugal no jornal: empreendimentos lusitanos no Grão-Pará oitocentista. **Revista Moara**, n. 52, jan./jul. 2019.

VAQUINHAS, Irene. Fora galego! Um caso de antilusitanismo no Pará na década de setenta do século XIX. **Revista Estudos Amazônicos**, v. 10, n. 2, p. 216-235, 2013.